



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT)

Data da reunião: 15/10/2025
Presidente: Senador Flávio Arns

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PDL 962/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Acauã Produções Culturais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida, Estado da Paraíba. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Efraim Filho	Pela aprovação do projeto.	O projeto aprova o ato que renova a autorização outorgada à Acauã Produções Culturais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida, Estado da Paraíba. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
2	PDL 234/2022 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação José Leite de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Efraim Filho	Pela aprovação do projeto.	O PDL aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação José Leite de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Data da reunião: 15/10/2025

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PDL 293/2023 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mamanguape, Estado da Paraíba. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Efraim Filho	Pela aprovação do projeto.	A proposição aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mamanguape, Estado da Paraíba. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
4	PDL 422/2022 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do projeto.	O PDL aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
5	PDL 434/2022 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do projeto.	O PDL trata da renovação de autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
6	PDL 441/2022 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mãe Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do projeto.	O PDL trata da renovação de outorgada à Associação Mãe Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Rio Grande do Sul. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Data da reunião: 15/10/2025

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
7	PDL 230/2023 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmarenses Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do projeto.	<p>O projeto aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmarenses Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.</p>
8	PDL 237/2023 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do projeto.	<p>O PDL aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.</p>
9	PDL 239/2023 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do projeto.	<p>O projeto aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.</p>
10	PDL 431/2023 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do projeto.	<p>A proposição aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
11	<p>PDL 147/2025</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do projeto.	<p>O projeto aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.</p> <p>A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.</p>
12	<p>PL 4524/2020</p> <p>Ementa: Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.</p> <p>Autoria: Senador Confúcio Moura</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Astronauta Marcos Pontes	Pela prejudicialidade do projeto.	<p>O projeto propõe alterações na Lei 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT) para determinar que as políticas públicas de telecomunicações sejam executadas tanto com recursos dos orçamentos da União, estados, Distrito Federal e municípios quanto com os oriundos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). Assim, visa a desvincular a utilização dos recursos do Fust do cumprimento das metas de universalização assumidas pelas concessionárias de telefonia fixa e possibilitar que o montante arrecadado possa ser aplicado na ampliação do acesso a todos os serviços de telecomunicações, em especial à internet de banda larga. Ademais, sugere alterações na Lei 9.998/2000 (Lei do Fust) e na Lei 13.116/2015 (Lei Geral das Antenas) para, entre outros objetivos: permitir que os recursos do fundo sejam aplicados em serviços prestados tanto em regime público quanto em regime privado; atribuir à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) as competências de elaborar a proposta orçamentária do Fust, repassar seus recursos a um agente financeiro e acompanhar sua execução orçamentária e financeira; estabelecer o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente financeiro do Fust; e estabelecer como silêncio positivo se, decorridos 120 dias da data de apresentação de requerimento pela prestadora, não houver manifestação dos órgãos competentes pela aprovação da instalação de equipamentos de telecomunicações em área urbana.</p> <p>O relator vota pela prejudicialidade do PL, pois, desde sua apresentação, as medidas propostas já foram incorporadas à legislação.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela CI, com parecer pela prejudicialidade do projeto; 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
13	<p>PL 1802/2024</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), para permitir que produtos apreendidos em virtude de falsificação de marca, independentemente da descaracterização desta, sejam doados para amenizar os efeitos de desastre, calamidade ou grave perturbação da ordem pública.</p> <p>Autoria: Senador Eduardo Gomes</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Carlos Portinho	Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.	<p>O projeto altera a Lei nº 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial), para permitir que produtos apreendidos em virtude de falsificação de marca, independentemente da descaracterização desta, sejam doados para amenizar os efeitos de desastre, calamidade ou grave perturbação da ordem pública.</p> <p>O relator é favorável ao projeto com emenda visando à alteração da ementa do projeto ao autorizar que em caso de calamidade pública, reconhecida pelo Poder Legislativo, é permitido que produtos apreendidos, em virtude de falsificação de marca, sejam doados, independentemente de descaracterização; e para estabelecer hipótese de destruição dos bens apreendidos.</p> <p>Além de (i) estabelecer como regra a doação de produtos previamente descaracterizados, facultando a destruição — com encaminhamento prioritário à reciclagem — quando tal descaracterização se revele inviável; (ii) admitir, de forma estritamente excepcional, a doação de bens ainda ostentando marca apenas durante período de calamidade pública formalmente reconhecida; e (iii) vedar em qualquer hipótese a destinação de itens que possam oferecer risco à saúde ou à segurança.</p> <p>A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.</p>
14	<p>PL 805/2024</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para coibir a chamada “obsolescência programada” e regular o direito ao reparo.</p> <p>Autoria: Senador Ciro Nogueira</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Dr. Hiran	Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.	<p>O PL altera o Código de Defesa do Consumidor para coibir a chamada “obsolescência programada” e regular o direito ao reparo.</p> <p>O relator é favorável ao projeto com quatro emendas que visam a coibir o “pareamento de partes”, política industrial que restringe, de modo irrazoável, a liberdade do consumidor, na medida em que o mantém vinculado ao acervo de peças e aos serviços oferecidos pelo fabricante; além de vedar, ao fornecedor de produtos ou serviços, reduzir a funcionalidade comprometendo a utilização normal do produto, de modo a impedir que o reparo seja realizado com peças do mercado secundário ou usadas, impondo ao consumidor o recurso aos serviços autorizados ou a substituição do aparelho.</p> <p>A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.</p>

Item	Identificação da matéria
15	<p>REQ 18/2025 - CCT</p> <p>Ementa: Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 207/2023, que “dispõe sobre Finanças Abertas e dá outras providências”.</p> <p>Autoria: Senador Alessandro Vieira</p>

Item	Identificação da matéria
16	REQ 27/2025 - CCT Ementa: Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre pesquisa e inovação industrial, seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor. Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.